

Economia Solidária

elementos para compreensão¹

Argemiro Luís Brum²

Introdução

A teoria da economia solidária é uma das teorias das organizações com objetivo não-lucrativo. Ela se inspira nos princípios econômicos identificados nos trabalhos de Karl Polanyi: o mercado, a redistribuição, a reciprocidade e a administração econômica. Assim, a economia solidária tem por ambição combinar a reciprocidade, o mercado e a redistribuição em um quadro legal fundado na liberdade de adesão e na igualdade. Se a economia doméstica privilegia a família como local de solidariedade, a economia solidária privilegia a reciprocidade, ou seja, a ação coletiva.

A expressão “economia solidária” designa, geralmente, um certo número de atividades correspondendo a necessidades sociais que encontram sua satisfação naquilo que se habituou chamar de

¹ Os elementos que trago à consideração neste ensaio apoiam-se particularmente em GUIGUE, B. *Qu'est-ce que l'économie solidaire?* e ARCHIMBAUD, A. *Généraliser l'expérimentation*. In: *Problèmes Économiques*, n° 2.677, 30/08/2000. pp. 1-6 e 14-16 respectivamente.

² professor do DECon/Unijuí, doutor em economia internacional pela EHESS de Paris (França), coordenador, pesquisador e analista da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (CEEMA). Ijuí-RS. E-mail: ceema@unijui.tche.br.

“terceiro setor associativo”, ou seja, numa série de serviços assumidos pelas associações. Os atores da economia solidária, por sua vez, distinguem-se por seu *status* associativo.

O terreno de intervenção da economia solidária não é simples de definir, pois a mesma se dá tanto em torno de serviços coletivos quanto de serviços a pessoas (idosos, deficientes físicos...).

O mundo associativo desenvolve uma ação crescente e multiforme visando à realização de objetivos cuja utilidade social é evidente, sem negligenciar as conseqüências econômicas positivas, que daí resultarão no longo prazo.

Apesar de seu caráter heterogêneo e da ausência de definição oficial que seu reconhecimento sofre junto ao público em geral, a economia solidária conta, em seu ativo, há muitos anos, com realizações concretas importantes pelo mundo afora.

Neste sentido, diversas perguntas se apresentam quando o tema é analisado em profundidade:

- 1) Como definir diferentemente esta economia de “terceiro tipo” em relação à esfera mercantil e à pública?
- 2) Quais são as finalidades próprias que subentendem as múltiplas experiências coletivas das quais ela pode tirar vantagem?
- 3) Onde passa a fronteira que a separa da economia da concorrência? Suas dinâmicas respectivas são compatíveis?
- 4) A economia solidária é “solúvel” no ambiente liberal ou, ao contrário, pré-figura novas relações sociais destinadas a responder à crise de nosso tempo?

Os princípios econômicos e a economia solidária

No que diz respeito ao mercado, redistribuição e reciprocidade, torna-se necessária uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, em que se deve distinguir os três princípios econômicos citados e que operam no seio das sociedades humanas.

O primeiro princípio de ação econômica, o mercado, pode ser definido como o local de encontro entre a oferta e a demanda de bens e serviços, para fins de troca sobre uma base contratual.

O segundo princípio, a redistribuição, é aquele no qual a produção é “entregue” a uma autoridade central encarregada de a reparti-la em função das regras relativas à retenção e destinação da mesma.

O terceiro princípio, a reciprocidade, corresponde à relação estabelecida entre pessoas por meio de prestações que têm por vocação afirmar a ligação social. Fundada sobre o dom concebido como “fato social elementar”, este terceiro princípio de ação econômica se diferencia claramente da troca mercantil. Ele se distingue igualmente da redistribuição, pois repousa sobre uma relação simétrica e não sobre a autoridade de um poder central.

Assim, a economia solidária não é nem uma economia liberal de mercado e nem uma economia planificada, estatal.

Os três princípios econômicos citados anteriormente não possuem o mesmo peso nas sociedades atuais. Desde o século XIX, quando a modernidade capitalista se instalou no mundo, acordou-se, como conseqüência, um destaque durável à economia de mercado, deixando em segundo plano a redistribuição estatal e a troca recíproca.

Esta economia de mercado, que conhece seu apogeu com o capitalismo moderno, cumpriu suas promessas? Em termos sociais, não. O prodigioso desenvolvimento das trocas, que acompanha a industrialização, aumentou o fosso entre os ricos e os pobres.

Para reparar os estragos causados pela expansão desenfreada da esfera mercantil, houve necessidade de normas, de regras de interesse público nos quais o Estado aparece rapidamente como a instituição garantidora privilegiada. Uma economia fundada na redistribuição vem corrigir, assim, os efeitos destruidores que exerce o mercado sobre a coesão da sociedade. Os defeitos da auto-

regulação liberal dão origem, de forma quase orgânica, a uma regulação pela autoridade pública. Estimulada pela pressão dos movimentos operários, a emergência de um Estado social, no início do século XX, leva à formação de um verdadeiro Estado-Providência, o qual destina, em proveito dos trabalhadores, uma parte crescente da riqueza nacional. Trata-se dos Estados do Bem-Estar Social, construídos nas nações da Europa Ocidental após a 2ª Guerra Mundial. Ou seja, trata-se de uma versão nova das economias capitalistas, mais desenvolvidas, e não dos Estados de economia planificada, socialistas ou comunistas, os quais acabaram se deteriorando completamente nos últimos quinze anos do século XX. A tal ponto que esta opção econômica desaparece do cenário mundial no início do século XXI, deixando um largo espaço para o avanço da economia solidária como alternativa à economia capitalista liberal.

Dito isto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a autonomia do indivíduo jamais deixou de prevalecer com o avanço da modernidade, igualmente a força pública não parou de crescer e as funções do Estado de se ampliarem. Ou seja, a autonomia afirmada da sociedade civil foi acompanhada, indissolavelmente, pelo crescimento de um aparelho administrativo que deixou as relações se fortalecerem conforme as leis de mercado, porém, cuidando de perto o desenvolvimento do processo conjunto e corrigindo, nas margens da sociedade, os efeitos mais corrosivos de sua injustiça.

Desta dupla evolução (crescimento simultâneo da economia de mercado e da esfera pública) nasceu um compromisso que se esforçou para conciliar, nas sociedades ocidentais, o desenvolvimento fulgurante da produção mercantil e as exigências da paz civil, a aspiração democrática e a expansão do mercado.

Os pressupostos da “ciência econômica”, herdados do século XIX, confirmam uma concepção na qual só a economia mercantil é produtora de riquezas. O não-comercial, como o não-monetário, não são considerados. O primeiro porque resulta de uma retirada efe-

tuada sobre o produto da atividade. O segundo porque configura uma atividade residual e, de toda a forma, julgada insignificante. Se os bens e os serviços são definidos como mercadorias, se a rentabilidade é medida pelo lucro, e a eficácia econômica apreciada à medida da rentabilidade, é evidente que a economia mercantil é a única que vale. Não há outro princípio de ação econômica, nesta hipótese, que a “mão invisível do mercado” ditando suas condições às outras esferas de atividade, forçosamente relegadas à margem da existência social.

Esta visão da economia está de tal forma espalhada pelo mundo que a mesma possui um grande consenso, mesmo que tenhamos dela conclusões diferentes. Os defensores do liberalismo optam por uma sociedade livre das influências do Estado social e abandonada inteiramente à dinâmica das relações comerciais. Os social-democratas, ao contrário, sustentam que a coesão da sociedade não pode ser obtida sem se proceder a uma correção das desigualdades produzidas pelo mercado. As duas correntes de pensamento não têm, no entanto, uma visão sensivelmente diferente da vida econômica. Elas consideram a economia mercantil como um fato primordial e a redistribuição como um fenômeno secundário. Atribuem à esfera do mercado um domínio sobre a esfera pública. Objetivamente parasitária para uns, puramente corretiva para outros, a economia não-mercantil não goza, nos dois casos, nem da mesma importância, nem da mesma legitimidade que sua homóloga submetida ao mercado.

Onde começa e onde termina a economia? Ora, a empresa utiliza uma mão-de-obra que ela não educou nem formou. Beneficia-se de um ambiente natural que não criou. Ela herda um capital cultural, um patrimônio simbólico e condições naturais que não lhe custaram nada e das quais ela explora os imensos recursos. Ou seja, o sistema funcional da economia não pode, na modernidade, emergir e crescer senão se ancorando na racionalização do mundo

vivido. É esta racionalização, condição de possibilidade da economia, que é ocultada pela teoria econômica. Tudo se passa, com a concepção dominante, como se a realidade social fosse dividida em duas, à imagem da Contabilidade: do lado das despesas, o Estado social; do lado das receitas, a economia mercante.

Evidentemente, a esfera pública vive às custas da economia mercante: ela contribui diretamente para sua prosperidade, cria as condições de sua sobrevivência quando necessário e assume, sem rodeios, as conseqüências de seu desmoronamento tomando em conta o custo social das reestruturações industriais.

Qual é a finalidade da vida econômica? O lucro ilimitado ou a satisfação das necessidades coletivas? A acumulação do capital ou a produção material da sociedade? Longe de parecerem do passado, estas interrogações estão no coração de uma abordagem da economia liberada da atração do mercado: a economia não se reduz às relações mercantes tanto quanto a sociedade não se reduz à economia, mesmo se, em nossa sociedade, a forma econômica mais geral e a mais simples que se amarra aos produtos do trabalho, a forma mercadoria, é tão familiar a todo mundo que ninguém nela enxerga malícia. Além disso, a produção mercante em grande escala, com fins de acumulação capitalista, não se constitui, longe disto, o estado natural da economia.

As palavras-chave de uma economia solidária, que obedece a sua lógica própria, a igual distância da esfera mercante e da esfera pública, são: livre associação entre pessoas em torno de um projeto coletivo; criação de atividades geradoras de empregos; afirmação dos valores de coesão e de solidariedade. O que a caracteriza é o emprego simultâneo que ela efetua nas três fontes fundamentais de ação econômica: o mercado, a redistribuição e a reciprocidade.

Esta economia, chamada igualmente de terceiro tipo, é mercante a partir do momento em que ela libera prestações ao menos parcialmente faturadas, mesmo que as regras de tarifárias levem em conta a fraca solvabilidade da clientela. Ela repousa igualmente

sobre a redistribuição, pois o poder público intervém de forma variável, mas geralmente importante, no seu financiamento, à razão da utilidade social das atividades que desenrola. Ela coloca em jogo, enfim, a reciprocidade das trocas entre as pessoas, recorrendo à benevolência, ou seja, ao livre engajamento dos indivíduos que aderem em função de certos valores e não aos charmes do ganho. Sob os olhos das esferas tradicionais da atividade econômica, sua originalidade é tripla: uma organização interna do tipo associativo, uma finalidade social claramente reivindicada, uma “hibridação” de seus recursos, que provêm tanto das receitas mercantes tiradas da atividade, quanto da ajuda pública e da contribuição da benevolência.

Por outro lado, a incapacidade em definir as missões e o modo de funcionamento de forma unívoca alimenta uma incompreensão geral, que se transforma facilmente em confusão e mal-entendidos. Não é surpreendente, então, que ela provoque resistências tanto da parte de empresas privadas quanto do setor público. As primeiras a acusam voluntariamente de exercer uma concorrência desleal, enquanto o segundo desconfia que a economia solidária possui o germe do desmantelamento progressivo do serviço público.

Quanto a primeira destas críticas, é importante esclarecer que a economia solidária não é a economia informal, a qual sobrevive ignorando as regras de interesse público às quais as empresas ordinárias estão sujeitas. Além disso, pode-se perguntar se é coerente acusar a economia solidária de concorrência desleal quando ela se dirige, conforme sua vocação, a uma demanda pouco solvável. Caso a impedíssemos de fazê-lo, se poderia apostar que a empresa privada não se apressaria a ocupar o seu lugar, por absoluta falta de reais oportunidades de lucro. No que tange ao setor público, o problema é mais delicado. Com efeito, a multiplicação de atividades assumidas por aquilo que se convencionou chamar de “terceiro setor associativo” expõe o problema das modalidades de redistribuição. Isso porque são exatamente as reservas públicas que são injetadas pela coletividade, simultaneamente, em proveito do terceiro setor.

Desta forma, a economia solidária representa um modo de redistribuição que retira sua legitimidade essencial das virtudes que a ela são dadas. É porque o Estado a julga socialmente útil que ele lhe acorda um financiamento e não somente porque é menos custoso do que o recrutamento de novos funcionários. Em resumo, se a redistribuição passa também pelo terceiro setor é porque isto prova que ele sabe cumprir melhor certas tarefas que o Estado.

Assim, é preciso ver o terceiro setor como a encarnação de um projeto coletivo de essência democrática que faz a síntese entre o princípio da iniciativa e o princípio da solidariedade. Ele não está somente mais próximo da população que o aparelho do Estado, por melhor que este seja, mas igualmente reflete diretamente a expressão de suas necessidades, se ajusta a suas particularidades e fornece uma saída ao desejo de se organizar coletivamente.

Se a economia solidária pode contribuir para a resolução dos problemas de nosso tempo, ela o deve, essencialmente, a sua inspiração autogestionária. Sem nenhuma dúvida, ela tem por virtude afirmar a primazia do valor de uso sobre o valor de troca, de reconciliar a ética e a economia, restaurando o prestígio dos valores coletivos de ajuda mútua e de solidariedade. Se ela constitui uma alternativa ao liberalismo, é também porque revela os limites da intervenção estatal e se propõe a pensar, como se nada tivesse sido feito, as modalidades da redistribuição. A iniciativa local tem necessidade, para se manter duravelmente, de uma autoridade central com a qual ela possa amarrar relações contratuais. Mas isto não impede que sua existência questione a essência do Estado moderno, ao mesmo tempo em que ela põe a nu os impasses do liberalismo.

Assim, a economia de mercado e o aparelho burocrático, estas duas faces de uma modernidade introduzida pelo capitalismo, são perturbadas em seus esforços pela irrupção desse curinga intempestivo que, na impossibilidade de ameaçar suas hegemonias, tem a audácia de repor, sem todavia se dar conta, velhas questões que poderíamos crer esquecidas.

Quem deve gerir a economia? É o capitalismo privado? É o Estado? São os trabalhadores associados? Em outras palavras, três opções se apresentavam e se apresentam ainda: livre empresa, nacionalização e auto-gestão.

Generalizar as experiências

A economia solidária não tem por vocação satisfazer a tipos de atividades ou de produtos, mas sim de cobrir o conjunto das áreas de produção de bens e serviços. Ela tem igualmente por ambição produzir, de maneira diferente, não somente valor, mas igualmente solidariedade.

Três são os grandes aspectos comuns que a distinguem, segundo a sua prática. Em primeiro lugar, são iniciativas implicando grupos de pessoas em processos de cooperação ou de desenvolvimento ascendente. Em segundo lugar, iniciativas em que o primeiro objetivo é o interesse coletivo e não lucrativo ou de lucro. O dinheiro é tratado como meio e não como fim, fato que inscreve a economia solidária na tradição mais antiga da economia social, ou seja, aquela das cooperativas e associações. Em terceiro lugar, são as iniciativas da economia solidária, na formação de seu custo, no preço dos produtos ou serviços que elas oferecem a seus consumidores.

Estas três grandes séries de aspectos comuns, que resultam da observação, formam a economia solidária como espaço particular ou como modalidade específica de produção social das riquezas. Este espaço diz respeito ao conjunto da população, incluindo o núcleo central dos assalariados, dentro de uma lógica em que é necessário trabalhar e consumir de outra maneira, utilizar diferentemente seu dinheiro e seu tempo.

Este espaço específico de produção social de riqueza não diz respeito a um segmento específico de atividade ou de produtos, ou seja, a tudo que seria ignorado pela “grande economia”, mas sim ao

conjunto das áreas de produção de bens ou de serviços. Em resumo, não é um setor de pouca importância, no qual se ocupariam pobres para realizarem tarefas de segunda categoria, com *status* precário, mais ou menos provisório e atípico.

A economia solidária vai mais longe, sendo dupla sua ambição: produzir valor de uma outra forma do que a economia de mercado e produzir solidariedade de uma outra forma do que a economia de tratamento social.

Para compreender esta ambição é preciso levar em conta as mudanças existentes em nossa sociedade, para as quais ela procura trazer uma resposta democrática. Estas mudanças seriam: crescimento global da riqueza produzida; penúria de trabalho assalariado na empresa de mercado clássica; transferência do valor produzido para setores com forte conteúdo informacional, recuo das regulamentações estatais nacionais no quadro de uma globalização dominada por uma visão liberal, crescimento da crise ecológica e rarefação e custo da riqueza natural.

Para todas estas mudanças existem soluções de re-regulamentação pelo topo, de construção de uma nova ordem internacional, de controle dos fluxos financeiros aberrantes. Existem igualmente, como complemento e ponto de apoio destas, soluções de adaptação pela base, de re-regulamentação voluntária e controlada no interior da e pela sociedade.

A economia solidária, cuja emergência se observa em quase todos os países industrializados sob nomes diferentes, é, no final das contas, uma das tentativas de re-regulação voluntária, o sinal ou o sintoma da vontade de uma economia plural – com o mercado e não do mercado – no qual o lugar das três formas possíveis de produção de valor seja largamente negociado, dentro de um renovado contexto econômico democrático.

Dentre as responsabilidades particulares que a economia solidária passa a possuir está o desafio de sair da fase de experimentação para se dirigir a populações muito mais amplas. Isso significa que a economia solidária deve ser reconhecida em programas de ação e de mudanças conduzidos pelos poderes públicos, tais como: novas formas de empresas; novo sistema fiscal; novas redes de financiamento; novos meios de pagamento, etc...

Em termos territoriais a comunidade, os municípios, podem ser espaços privilegiados de promoção da economia solidária. Significa empreender localmente a busca de uma produtividade maior dos gastos, ou seja, impor, em nome do interesse geral, uma divisão mais equitativa das despesas e das receitas entre os diferentes níveis de poder. Para tanto necessário se faz passar igualmente por alianças com uma sociedade civil local mais forte, melhor e mais duravelmente organizada, mais estável e mais consciente. Para muitos pensadores, a emergência da economia solidária pode contribuir para esta aliança. À lógica antiga e clientelista de uma sociedade civil queixosa e agarrada a subvenções, necessário se faz agora que as associações e os eleitos tenham a coragem de substituí-la por uma lógica nova de contratos por projetos, constituindo um aspecto a organização de novos espaços de democracia econômica.

Bibliografia

ARCHIMBAUD, A. Generaliser l'experimentation. In: *Problèmes économiques*. n. 2677. Paris, 2000. p. 14-16.

BOURGEOIS, F. *Les profils multiples de l'épargne solidaire*. Lyon: Économie et Humanisme, 2000.

CALLÉ, Ph. Pour une reconnaissance de la diversité associative. *Revue internationale de l'économie sociale*, Paris: Recma, 1999.

DALMAZ, S. *Les réseaux coopératifs européens: bilan et perspectives*. Paris: Banquemagazine, 2000.

GUIGUE, B. Qu'est que l'économie solidaire. In: *Problèmes économiques*. n. 2677. Paris, 2000. p. 1-6.

LAACHER, S. *Critique de l'argent et morales des échanges: l'exemple des systèmes d'échange local*. Paris: Les Temps modernes, 1999.

LALLEMENT, M. *Rationalisation du temps et mutation des rapports sociaux*. Paris: La Revue de la CFDT, 2000.

RAY, J-E. *Du tout-État au tout-contrat? De l'entreprise citoyenne à l'entreprise législateur?* Paris: Droit social, 2000.